

Violência, nacionalismo e secessão: o caso dos sérvios na Bósnia

SINIŠA MALEŠEVIC

Quando e por que o secessionismo etno-nacional se torna violento? As abordagens de ordem cultural, econômica e política são insuficientes para responder a esta pergunta. Este artigo prioriza o quadro geopolítico e a ideologia como variáveis centrais para explicar o caráter flexível do secessionismo etno-nacionalista. A abordagem é ilustrada empiricamente com uma análise histórica do caso sérvio na Bósnia-Herzegovina.

Palavras-chave: Etno-nacionalismo, Secessão, Violência, Bósnia-Herzegovina.



Violence, nationalism and secession: the case of Bosnian Serbs

When and why does ethno-national secessionism become violent? The approaches of the cultural, economic and political order are insufficient to answer this question. This article emphasizes the geopolitical framework and ideology as central variables to explain the flexible character of ethno-nationalist secessionism. The approach is illustrated empirically with an historical analysis of the Serbian case in Bosnia-Herzegovina.

Key words: Ethno-nationalism, Secession, Violence, Bosnia and Herzegovina.

Siniša Malešević: Membro da Academia Real da Irlanda e professor da Escola de Ciência Política e Sociologia da Universidade Nacional da Irlanda, Galway.

1 ETNO-NACIONALISMO, SECESSÃO E VIOLÊNCIA: UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO

É frequentemente suposto que o colapso dos Estados multi-étnicos e o separatismo étnico-nacionalista inevitavelmente levam à violência. Durante grande parte da história moderna o separatismo foi regularmente identificado com a matança em massa: muitas tentativas para estabelecer um governo soberano e independente ou para unir uma coletividade étnico-nacional sob um único teto político foram acompanhadas por guerras, revoluções, terrorismo ou rebelião.

Da Irlanda do Norte, Países Baixos, Biafra, Katanga e Curdistão para as guerras de sucessão iugoslavas, Chechênia, Sri Lanka e Sudão do Sul, os séculos, XIX e XXI foram marcados por atos hostis e agressivos dos movimentos separatistas, do governo do Estado anfitrião ou de ambos. Esta experiência histórica parece sugerir haver uma ligação intrínseca entre nacionalismo étnico, secessão e violência e que um aumento nas demandas separatistas vai se traduzir automaticamente em um comportamento coercivo. No entanto, este é raramente o caso. Não só as atividades etno-nacionalistas separatistas são, decididamente, mais não violentas, como os casos de violência separatista são estatisticamente bastante raros apesar dos clichês jornalísticos que sugerem a onipresença da violência (FEARON; LAITIN, 2000; BRUBAKER, 2004; LAITIN, 2007) e os dois processos podem ser inversamente proporcionais.

Por exemplo, os movimentos separatistas quebequenses e catalães têm adquirido apoio popular em grande escala em um contexto claramente não violento: raros casos de rebeliões violentas (sobretudo no início dos anos 1960 e 1970) foram imediatamente denunciados e a redução da atividade violenta foi acompanhada por um aumento crescente no apoio à causa separatista (CONVERSI, 1997; ROCHER, 2002). Em contrapartida, os grupos dissidentes paramilitares na Irlanda do Norte, que rejeitaram o Acordo da Sexta-feira Santa de 1995 e que continuam a confiar na violência, são geralmente desprezados pela opinião popular (TONGE, 2006).

Assim, as questões centrais são: Por que e quando tentativas organizadas para promover o estabelecimento de um governo independente se tornam violentas? Mais especificamente, por que e sob quais circunstâncias fazer alguns movimentos secessionistas etno-nacionalistas adotarem táticas violentas, enquanto outros nunca o fazem? Por que alguns governos respondem com violência às atividades separatistas, enquanto outras autoridades do Estado não?

As respostas para estas perguntas convergem, por razões econômicas, culturais ou políticas. Os três paradigmas explicativos dominantes, e em muitos aspectos mutuamente excludentes, enfatizam tanto a racionalidade instrumental dos agentes individuais, as posições assimétricas na estrutura de classe, os incomensuráveis valores culturais ou o caráter de diferentes regimes políticos.

Para as abordagens economicamente orientadas, tais como modelos de atores racionais ou neomarxismo, ambos separatismos, e a adoção de táticas violentas estão enraizadas em motivos econômicos. Para os neomarxistas (HECHTER, 1974, 1999; BONACICH 1972; STONE, 1979), demandas separatistas originadas nas desigualdades sociais pelas quais periferias culturalmente distintas reagem contra a exploração dos centros metropolitanos econômicos e politicamente dominantes. Para Hechter (1999) essa relação desigual entre o centro e a periferia é uma forma de colonialismo interno no qual a mobilização separatista surge como a resposta mais racional para as desigualdades estruturais geradas pela induzida cultura da divisão do trabalho capitalista. A confiança na violência é interpretada como o último recurso contra o Estado capitalista coercitivo e opressor.

Para os agentes teóricos racionais, o separatismo violento resulta do cálculo de interesses individualistas (LAITIN, 2000; FEARON, 1994; WINTROBE, 2006). Como Laitin (2007, p. 22) argumenta:

A guerra civil é rentável para os rebeldes em potencial, na medida em que ambos possam sobreviver e desfrutar de alguma probabilidade de ganhar do Estado. Se houve algum motivo econômico para a guerra civil na metade do século passado, foi na expectativa de recolher as receitas que a propriedade do estado invoca.

Desde que o uso da violência é uma estratégia cara para cada agente, sua implantação está ligada à cooperação coordenada coletiva e ganhos econômicos que resultem de uma ação coletiva. Em outras palavras, a adoção de uma ação violenta, quer pelas autoridades do Estado anfitrião, quer pelos movimentos separatistas, depende da sua rentabilidade: se houver a percepção de que a segurança e o bem-estar econômico possam ser alcançados com menor custo por meio de ações coercitivas e da secessão, então é mais provável que os agentes sociais sigam esse curso de ação.

Embora as interpretações econômicas sejam frequentemente úteis na identificação das desigualdades sociais e motivações individuais para aderir ou apoiar os movimentos separatistas etno-nacionalistas, elas são

bastante ineficazes para explicar as complexidades estruturais inerentes a este fenômeno. Enquanto a maximização dos lucros e interesses de classes possa desempenhar um papel significativo na nossa decisão de apoiar ou opor-nos ao separatismo violento, esses motivos não podem por si só explicar nem a origem nem as principais causas estruturais da violência separatista. Não apenas as ações sociais dos seres humanos são normalmente mais complexas, confusas e ricas do que o instrumentalismo do *homo economicus* sugere, como a maioria das explicações utilitaristas operam com argumentos tautológicos que geram interpretações fracas, irrefutáveis, *ex post facto* da realidade social (SMELSER, 1992; MALEŠEVIC 2004, p. 94-110). Além disso, enquanto modelos voluntaristas e formalistas da escolha racional permanecem excessivamente a-históricos, e portanto incapazes de explicar o caráter mutante do separatismo por longos períodos históricos de tempo, as contas neo-marxistas encontram aplicação limitada na ordem social onde há pouca propriedade privada ou a economia possui pouca ou nenhuma autonomia (isto é, a maioria dos sistemas comunistas e teocráticos, assim como algumas ditaduras militares). Acima de tudo, as contas economicistas não podem explicar adequadamente as fontes não instrumentais, não racionais e estruturais do separatismo e, em particular, as formas violentas de atividades separatistas.

Em contraste com os modelos econômicos, as explicações culturalistas enfatizam precisamente estes aspectos não utilitários, emocionais e normativos do comportamento humano. Os simbolistas precoces, como Shils (1957), Geertz (1973) e Parsons (1975), compreenderam as identidades étnicas e nacionais como primordiais, isto é, as identidades *a priori* determinadas, objetivas e avassaladoras adquiridas desde o nascimento e reforçadas pela socialização primária. Neste contexto, a força inerente dos anexos étnico-nacionais, por si só, é entendida como um obstáculo à existência dos Estados multiétnicos. Em outras palavras, formas violentas de separatismos étnico-nacionalistas são vistas como inevitavelmente decorrentes da incomensurável diferença entre valores culturais e distintos estilos de vida.¹

No entanto, o culturalismo contemporâneo está mais interessado em identificar e explorar os fundamentos normativos da coesão étnico-nacio-

¹ A encarnação mais recente desta perspectiva é a ideia de Huntington (1996) do choque inevitável de civilizações.

nal e a inserção histórica de reivindicações separatistas. Para os neodurkhemianos, como Smith (1981, 2003, 2009), Hutchinson (2005, 2007) e Hastings (1997), ambos os grupos étnicos e nações são tangíveis, entidades corpóreas e historicamente duráveis que se tornaram gradualmente politizados e, eventualmente, optaram pela soberania poderosa. Nesta ótica, a polietnicidade é sinônimo de instabilidade como modernos Estados-nação, geralmente vinculados a uma forma coerente e de preferência um mito peculiar de origem étnica comum.

Em outras palavras, os neodurkhemianos argumentam que com a chegada da modernidade, as etnias têm de "avançar no sentido de nação" (SMITH, 1986, p. 57) ou ainda que elas "se tornem, naturalmente," um Estado independente (HASTINGS, 1997, p.13). Consequentemente, o separatismo étnico-nacionalista é visto como criação direta das origens étnicas incompatíveis entre si de nações modernas. Para Smith (1986, 2009) ambas as etnias e nações são essencialmente comunidades morais desenvolvidas em torno de mitos e memórias comuns, muitas das quais reproduzem significados culturais associados a sacrifícios violentos. Para culturalistas, todos os Estados modernos exigem narrativas coerentes de origem comum, que de modo geral são historicamente construídas em torno dos núcleos étnicos (isto é, etnias dominantes), da mitologia do sacrifício com sangue, das comemorações do "morto glorioso" e do martírio étnico-nacional. Nessa visão, a atividade de secessão bem-sucedida frequentemente implica memórias históricas de violência: a comemoração do heroísmo de guerra estabelece parâmetros éticos que determinam as ações futuras, vinculadas posteriormente a obrigações morais para com heróis mortos.

As interpretações culturalistas de separatismo violento se revelaram úteis na contabilização da força e da intensidade do apelo emocional que permeiam a retórica etno-nacionalista e a busca sempre presente pela autenticidade que caracteriza a maioria das reivindicações separatistas. No entanto, o culturalismo é alheio ao arbitrário, *ad hoc* e a natureza manipuladora de tais alegações de singularidade. Além disso, ambos os primordialistas e os neodurkhemianos operam com um conceito extremamente difícil e não flexível de cultura, que reifica e essencializa a ação coletiva (BRUBAKER, 1996, 2004; MALEŠEVIC, 2006).

Entretanto, desde Weber (1978) e Barth (1969), os cientistas sociais sabem bem que a similaridade cultural não se traduz necessariamente em ação coletiva comum e, particularmente, em ação coletiva violenta.

Ao invés de ser uma reação automática, a mobilização etno-nacional exige trabalho intensivo e de longo prazo, envolvendo as elites culturais, os empreendedores políticos, as organizações sociais, os meios de comunicação de massa, os sistemas de educação e assim por diante (FENTON, 2003; BRUBAKER, 2004; JENKINS, 2008). Em outras palavras, uma vez que há um grande repertório de símbolos culturais, os mitos de origem e as memórias coletivas para recorrer, o processo pelo qual uma simples categoria étnico-nacional se transforma em um grupo de autoconhecimento etno-nacional que apoia (e está disposto a usar) a violência no estabelecimento de um Estado independente e soberano é um processo historicamente contingente, sempre baseado em ações arbitrárias. Uma vez que os culturalistas entendem os grupos como entidades intrinsecamente homogêneas e delimitadas, detentores de vontade coletiva e outros traços de personalidade, eles são incapazes de ver toda a complexidade e fluidez, consideradas um marco na formação dos grupos, ao invés de estudar os mecanismos reais de socialização do grupo étnico, que opera com noções praticamente não testáveis de inefabilidade, apriorismo e simples afetividade (ELLER; COUGHLAN, 1993).

Não há nenhuma relação entre a diferença cultural e o separatismo violento: se este fosse o caso, viveríamos em um mundo onde o desmembramento do Estado seria uma rotina diária. Colocado simplificada e apesar da retórica da autenticidade cultural, as raízes do separatismo étnico-nacionalistas não são, em sua maior parte, culturais. Ademais, mesmo se houvesse uma forte ligação entre a diferença cultural e a independência política, por si só não explicariam por que alguns movimentos separatistas adotam táticas violentas e a maioria não.

Finalmente, os modelos mais populares de motivos do separatismo enfatizam a natureza política deste fenômeno.² Para um grupo de estudiosos, a questão central é o caráter do regime político (BUCHANAN, 1991, 1998; MEADWELL 1999; BELANGER et al., 2005). Baseiam-se na longa tradição da então chamada literatura democrática de paz (DOYLE, 1997; MOAZ; RUSSETT, 1993; LAGO, 1992), segundo as quais, diferentemente dos seus colegas autoritários, os Estados democráticos raramente, quando nunca, se envolvem em conflitos violentos uns contra os outros. Na mesma linha,

2 Embora grande parte da literatura que foca o separatismo como um fenômeno político seja de caráter normativo (isto é, aborda a questão da legitimidade da própria reivindicação de um Estado independente), trato aqui apenas com os modelos explicativos que identificam o papel primordial da política no separatismo.

eles contrapõem ordens políticas democráticas e autoritárias e argumentam não apenas que a democracia em um Estado anfitrião deslegitima o separatismo (BUCHANAN, 1998), mas também, desde que os regimes democráticos sejam capazes e estejam dispostos a atender aos direitos do grupo, incluindo autodeterminação dentro de estruturas estatais já existentes, como o processo de democratização intensifica, é suscetível de entrar reivindicações separatistas (BELANGER et al., 2005; MEADWELL, 1999; RUMMEL, 1994). Além disso, ainda como eles argumentam, se a democracia oferece voz e liberdade de organização para todos os agentes coletivos, ela promove a resolução pacífica de conflitos.

Outros autores desviaram a atenção para o desenho institucional das organizações estatais. Em particular, eles exploram os níveis de centralização do Estado e outros arranjos organizacionais federais e regionais, a forma e o funcionamento dos sistemas eleitorais e a estrutura dos aparatos coercitivos, tais como os militares e a polícia (HOROWITZ, 1985, 1989; HERBST; LINZ; STEPAN, 1996; LIJPHART, 2002). Embora muitos desses autores compartilhem a opinião de que as ordens políticas democráticas estão melhores equipadas para lidar e menos propensas a experimentar o separatismo étnico-nacionalista, o ponto focal da sua opinião é o papel da organização interna do Estado. Mais especificamente, conforme eles argumentam, tanto a violência como os movimentos separatistas são produtos da ineficaz organização do Estado. Por exemplo, enquanto Horowitz (1985) e Linz e Stepan (1996) argumentam que o separatismo étnico-nacionalista decorre de fracos sistemas eleitorais que incentivam as divisões étnico-nacionais, Lijphart (2002) insiste na necessidade de acomodar diferenças étnico-nacionais, mediante acordos consociacionais da elite centralizada.

Inegavelmente fatores políticos desempenham papel decisivo no desenvolvimento, organização e atividades dos movimentos separatistas violentos, bem como nos do governo do Estado que o acolhe. O separatismo etno-nacionalista é antes de tudo um fenômeno político. No entanto, grande parte do trabalho sobre os determinantes políticos do separatismo estão excessivamente preocupados com a dinâmica interna que desvia a atenção da figura maior, externa. Ao se concentrar tanto nas leis eleitorais quanto nas práticas e nas características de um regime político, podem perder de vista o fato de que as ordens sociais democráticas não são imunes ao separatismo étnico-nacionalista, nem à secessão violenta. Com efeito, ao se olhar para o continente europeu na década de 1970 e início de 1980, torna-se evidente que o separatismo virulento foi

muito mais prevalente na metade democrática do continente do que na sua parte comunista, autoritária, com confrontos violentos espalhadas da Irlanda do Norte, do País Basco, da Catalunha e da Córsega para o Chipre.

Além disso, como uma série de estudos recentes influentes demonstram (SNYDER, 2000; CHUA, 2004; MANN, 2005), a democratização intensiva dos Estados autoritários é na verdade mais suscetível a favorecer a proliferação do separatismo étnico-nacionalista, e especialmente o separatismo violento, do que para evitá-lo. Ambos, Mann e Snyder, dão evidências empíricas de que os regimes autoritários são "melhores amortecendo as tensões étnicas do que democracias, salvo as que já estão firmemente institucionalizadas" (MANN, 2005, p. 22). Da mesma forma, o desenho institucional dos Estados não necessariamente promove ou impede reivindicações de secessão: o separatismo emerge em uma variedade de sistemas eleitorais e sob diversos níveis de centralização do Estado. A experiência histórica e contemporânea mostra que nem arranjos consociacionais, nem uma maior centralização são capazes de parar a proliferação de reivindicações separatistas.

Por isso defendo que para compreender corretamente a relação entre o separatismo etno-nacionalista e a violência, o foco da nossa análise deve passar do economicismo rigoroso, do culturalismo inflexível e do institucionalismo formal para modelos teóricos mais reflexivos. Em particular, é preciso explorar a influência de agentes da política externa e o papel exercido pelas ideologias na mobilização de apoio público, tanto para a secessão como para a violência. Assim, esta análise tenta integrar os fatores de padrão cultural, econômico e político com o amplo impacto que a geopolítica e a mobilização ideológica desempenham na promoção da secessão violenta.

Se o ponto focal da geopolítica são as relações entre o poder político e o espaço geográfico (OSTERUD 1988; AGNEW, 2003), o centro da minha atenção é a mudança da natureza das reivindicações territoriais. Ou seja, para compreender as origens e o desenvolvimento dos movimentos separatistas, suas trajetórias em relação à violência, bem como a resposta coercitiva dos Estados anfitriões, é fundamental ir além dos conceitos legais de soberania e olhar para os processos mediante os quais o espaço torna-se politizado e politicamente territorializado.

Ao explorar as correlações geopolíticas de poder, demonstrarei como e por que o separatismo surge, opera e muda. Acima de tudo, olhando para as ações sociais de diferentes agentes políticos e organizações sociais, para além e abaixo das fronteiras dos atuais Estados-nação, ficará

evidente como estes atores e as organizações são interdependentes e como essa interdependência influencia a intensidade e o caráter do separatismo etno-nacionalista.

Simplificando, as reivindicações separatistas não emergem nem funcionam em um vazio geopolítico. Embora as reivindicações pela autenticidade cultural, pelo interesse econômico e pela organização do Estado sejam todos os ingredientes relevantes do processo de secessão, nenhum deles por si só é suficiente para gerar esses processos ou para torná-los violentos. Todos os movimentos separatistas etno-nacionalistas operam, aumentam ou diminuem em um determinado e mutante contexto geopolítico. Alguém tem de olhar para a geopolítica para entender por que algumas entidades políticas se tornaram Estados independentes, enquanto outras do mesmo tamanho e importância, não. É a geopolítica que nos ajuda a explicar por que alguns movimentos separatistas são tolerados e outros são violentamente esmagados; por que algumas organizações irredentistas abraçam a militância e outras jamais o fazem.

No entanto, como todo processo por meio do qual determinado trecho do território torna-se politizado é dependente da articulação de significados específicos e percepções, não há separatismo sem ideologia. Por ideologia não me refiro à adesão inquestionável a um sistema de ideias rígidas e fechadas, mas às crenças razoavelmente flexíveis e adaptáveis e práticas que inspirem a vida diária e motivem a ação social. A ideologia é uma forma de "pensamento-ação" que projeta grandes horizontes transcendentais de uma prevista ordem social e política, que ultrapassa a experiência invocando avançadas normas éticas, reivindicações de conhecimento superior e interesses coletivos (MALEŠEVIC, 2006, 2010). Neste sentido, todos os seres humanos são criaturas ideológicas como fatos sociais e acontecimentos políticos que nos cercam e nunca falam por si, mas exigem decodificação e compreensão política. Por isso, todos nós precisamos e usamos mapas ideológicos disponíveis para contextualizar e compreender esses eventos e fatos (FREEDEN, 1996). As ideologias são complexos processos sociais que exigem coerência e fornecem estrutura e organização para eventuais ações, eventos e imagens. São aparatos cognitivos, mediante os quais os agentes sociais articulam suas crenças e ações. Não só inexistem movimentos separatistas viáveis sem ideologia, mas as ideologias são essenciais no processo de legitimação da ação violenta.

Por isso defendo que o caráter mutante do separatismo étnico-nacionalista e, em particular, a sua metamorfose periódica e imprevisível, de

ser um fenômeno principalmente benigno para a aquisição de características marcadamente perniciosas e vice-versa, requer priorizar o papel da geopolítica e da ideologia. Para ilustrar o valor heurístico desta abordagem no estudo dos movimentos separatistas etno-nacionalistas, teço uma breve análise do separatismo sérvio na Bósnia-Herzegovina.

2 ETNO-NACIONALISMO SÉRVIO E SECESSÃO DA BÓSNIA-HERZEGOVINA

Assim como a maioria dos secessionismos etno-nacionalistas, o movimento separatista sérvio na Bósnia tem historicamente oscilado: ganhou impulso com a anexação austro-húngara da Bósnia-Herzegovina em 1908, que culminou no assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, por Gavrilo Princip; foi subjugado e quase inexistente por grande parte do século XX, para ressurgir e se expandir dramaticamente desde o início dos anos 1990. No entanto, salvo algumas exceções óbvias, muito deste separatismo era para permanecer não violento até a guerra de 1992-95. Em contraste com a paz democrática e os modelos de organização eleitoral, o separatismo sérvio foi fraco e invisível sob sistemas autoritários e proliferou nas circunstâncias de democratização e liberalização. Considerando que o contexto autoritário do regime monárquico comunista da Iugoslávia não produziu quaisquer movimentos separatistas viáveis entre os sérvios bósnios,³ a acelerada democratização do final dos anos 1980 e início de 1990 revelou-se propícia para o surgimento e a expansão da secessão violenta. Além disso, embora as tentativas de alterar o sistema eleitoral na Bósnia pós-Dayton não tenham gerado respostas violentas, ainda eram incapazes de acalmar os sentimentos separatistas.

Da mesma forma, apesar das profundas desigualdades econômicas da Iugoslávia monárquica, a falta de voz política sob o governo comunista e a posição virtual de viver “em uma colônia interna” com os sérvios da Bósnia mais canalizaram sua insatisfação em termos socioeconômicos do que em étnico-nacional. A situação foi semelhante no socialismo do Estado onde a sociedade da Bósnia tinha uma estrutura social bastante igualitária, sem nenhum grupo étnico dominante em qualquer setor importante da economia, da política ou da cultura.

3 É interessante notar que nas últimas eleições livres na pré-Segunda Guerra Mundial, em 1928, na Iugoslávia, a maioria dos sérvios bósnios favoreceram políticas anticentralistas da Coligação Democrática camponesa (Ver GOLDSTEIN, 1999).

ra (KATUNARIC, 1991).⁴ Paradoxalmente, e ao contrário das expectativas da maioria das teorias economicistas, o aumento significativo dos níveis de vida em 1989-1990, provocado pelas reformas econômicas do governo iugoslavo passado, não levou a uma maior racionalidade econômica da maximização da utilidade individual. Ao contrário, estes ganhos econômicos tiveram pouco impacto sobre o aumento das demandas separatistas que acabariam no desenvolvimento da guerra.

Finalmente, embora o movimento separatista sérvio invoque a preservação das diferenças culturais e religiosas como uma das principais razões para o estabelecimento da autônoma República Srpska, a maior parte da sua simbologia e mitologia etno-nacional oficial foi criada durante ou após a guerra de 1992.⁵ Ao invés de construir uma narrativa bem estabelecida de descendência comum, mitos e memórias únicas específicas para o território habitado pelos sérvios bósnios, muitos dos seus principais significados simbólicos são diretamente importados de imagens étnico-nacionais da Sérvia ou foram simplesmente inventados (TORSTI, 2004; BARTULOVIC, 2006). Mesmo o próprio nome e as fronteiras territoriais desta entidade não têm nenhum precedente histórico, ambos são criações de tempo de guerra. O fato de a fundação de uma entidade distinta e quase totalmente autônoma não acabar com as demandas separatistas, mas, na realidade, fomentar sua proliferação, é um indicador pungente de que o separatismo étnico-nacionalista não é cultural, porém, sobretudo, um fenômeno político.

Enquanto não há dúvida de que neste caso, como em muitas outras culturas, instituições econômicas e políticas desempenham importante papel na geração de demandas de secessão, é a geopolítica e a ideologia que se revelaram decisivas para a expansão do separatismo sérvio na Bósnia, e em particular pela sua transformação em um fenômeno violento.

Por longo período da sua história, a Bósnia foi parte de vários impérios de grandes dimensões e de Estados multiétnicos, onde os sérvios bósnios foram apenas uma entre muitas coletividades étnicas, um grupo relativamente pequeno e com pouca organização política autêntica. A origem e o desenvolvimento dos movimentos de seces-

4 Como as pesquisas em grande escala de Katunaric (1991) indicam, ao contrário da Croácia, onde os sérvios eram sobrerrepresentados na polícia e nas forças militares, três grupos étnicos principais na Bósnia eram quase igualmente representados nos altos escalões do poder e da economia (ou seja, no comitê do partido comunista central, nas posições de altos cargos).

5 Por exemplo, a bandeira, o hino, o brasão de armas e a maioria dos feriados nacionais e das celebrações religiosas foram copiados diretamente do repertório do imaginário étnico-nacional da Sérvia.

são entre os sérvios da Bósnia durante os últimos dois séculos estão profundamente enraizados na geopolítica regional e europeia. São estas mudanças geopolíticas, juntamente com a gradual propagação dos esquemas ideológicos de autodeterminação, que foram determinantes para o surgimento do separatismo e suas articulações violentas. Embora o período de domínio otomano (1463-1878) tenha visto alguma resistência popular e insatisfação com o *status* colonial existente, a maioria das rebeliões envolvendo os sérvios bósnios foram essencialmente revoltas camponesas, as quais, mesmo quando expressas no discurso religioso (camponeses cristãos contra a aristocracia muçulmana), foram manifestações da insatisfação social, não étnico-nacionais (MAZOWER, 2003; GEROLYMATOS, 2004).

A ocupação austro-húngara (1878-1918), juntamente com a ascensão das ideologias etno-nacionalistas modernas nos países vizinhos da Sérvia e da Croácia, propiciaram mais incentivos para o separatismo. Entretanto, como a maior parte da população da Bósnia era analfabeta e rural e, como Gellner (1983) argumenta com razão, os camponeses não fazem bons etno-nacionalistas, os movimentos separatistas sérvios bósnios raramente se disseminam para além de um pequeno círculo de intelectuais, clérigos ortodoxos e profissionais de classe média. No entanto, independentemente do seu tamanho diminuto, esse movimento teria um impacto decisivo na história mundial com a arma de fogo de um dos seus membros a revelar-se um catalisador pelo início da Primeira Guerra Mundial.

Entre as várias organizações separatistas surgidas neste período, a Jovem Bósnia (*Mlada Bosna*) foi a mais proeminente.⁶ Embora este movimento não fosse composto exclusivamente por sérvios bósnios e defendesse a unificação de todos os eslavos do sul, ao invés de todos os sérvios, em um único Estado, sua organização e desenvolvimento foi liderada por várias organizações secretas dos sérvios etno-nacionalistas baseadas na Sérvia (a Defesa Popular, Mão Negra/Unificação ou Morte) (MALCOLM, 1994; HOARE, 2007). Em outras palavras, as principais ambições ideológicas do movimento foram fortemente dependentes das condições externas, geopolíticas, e, em particular, sobre a crescente competição territorial entre austro-húngaro e o crescente poder do Estado sérvio.

⁶ Outra organização de grande influência foi um movimento sérvio pela liberdade da educação religiosa (1893-1903), mas suas ambições foram mais modestas, com pouca ou nenhuma inclinação para o separatismo (LOVRENOVIC, 2001, p.150).

O êxito militar da Sérvia nas guerras dos Balcãs (1912-1913) deu um impulso ainda mais forte ao contínuo aumento do etno-nacionalismo sérvio em toda a região. Esta evolução coincidiu com a progressiva democratização e modernização da Bósnia, que também incluiu a organização das primeiras eleições parlamentares em 1910. Assim, ao invés de impedir a democratização de tendências separatistas, ajudou a levar adiante tais reivindicações. Sob influências ideológicas externas e diferentes contextos geopolíticos, este separatismo precoce tornou-se radicalizado e finalmente violento, contando com tentativas de assassinatos esporádicos e ações terroristas de pequena dimensão.⁷

A geopolítica e a (relativa) estabilidade ideológica dos anos entreguerras e pós-Segunda Guerra Mundial foram uma das principais razões para haver muito pouca ou nenhuma demanda de secessão entre os sérvios bósnios que vivem na Iugoslávia monarquista e comunista. Apesar da Bósnia permanecer uma das regiões mais subdesenvolvidas em ambos os períodos, nenhuma oposição política organizada manifestou-se para as autoridades regionais ou estaduais, principalmente no social, e não na forma étnico-nacional (RAMET, 2006).⁸

Enquanto o Estado autoritário, em ambos os seus disfarces monarquista e comunista, revelou-se capaz de conter até mesmo a forma mais branda de separatismo, a democratização precipitada do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 tem galvanizado uma explosão de movimentos separatistas em todas as ex-federações iugoslavas.

No entanto, mesmo nesta situação, movimentos bósnios têm ficado atrás dos acontecimentos em desenvolvimento na Eslovênia, na Sérvia e na Croácia. Como a federação iugoslava começou a se desenrolar, gerou uma situação geopolítica nova e altamente instável. As atividades separatistas desenfreadas em outras repúblicas também criaram um efeito dominó na Bósnia, com a mobili-

7 É importante ressaltar que a resistência ao governo dos Habsburgos era em grande parte alimentada pela questão agrária na qual os governantes austro-húngaros preservaram as ordens feudais otomanas, em que quatro quintos dos camponeses ainda estavam aguardando a reforma agrária e a emancipação dos grilhões da servidão feudal (STOIANOVITCH 1994; MAZOVER, 2003, p.107).

8 Isso não quer dizer que na era comunista a Bósnia-Herzegovina foi o epitome da harmonia interétnica. Pelo contrário, o Estado autoritário foi fortemente responsável pela institucionalização e, conseqüentemente, pela politização das diferenças étnicas. Ao alocar em postos-chave políticos e gestores com base da própria etnia, o regime promoveu a consolidação política da identificação étnico-nacional. No entanto, muitas tensões interétnicas durante este período foram fermentadas e "lutaram" na parte superior, ao invés da base da pirâmide social: é o estabelecimento do partido comunista, e em especial das elites políticas, que iniciaram e foram os principais beneficiários desses conflitos (PAVKOVIC, 2000; MALEŠEVIĆ, 2002, 2006, p. 157-184).

zação das três principais coletividades étnicas em torno de projetos ideológicos mutuamente exclusivos: a unificação de todos os sérvios em um único Estado, a criação de um Estado independente da Croácia incorporando grande parte da Bósnia e um Estado multiétnico soberano com o predomínio de maioria de bosníacos (muçulmanos bósnios).⁹

A escalada da violência na Eslovênia e na Croácia criou um novo ambiente geopolítico e ideológico com os grupos radicais que utilizam a política do medo e da violência para mobilizar indivíduos ao longo das linhas étnico-nacionais.

É importante ressaltar que antes das atrocidades de 1992-95 houve pouca ou nenhuma animosidade entre os grupos étnicos que viviam na Bósnia comunista e nenhum apoio popular pelo separatismo.¹⁰ Como todos os dados disponíveis demonstram, junto com a Vojvodina, a Bósnia tinha a maior proporção de casamentos interétnicos e estava entre os mais baixos índices de distância social entre as três principais coletividades étnicas (DYKER, 1979; KATUNARIC, 1987; BOTEV, 1994). Conforme indicou o último levantamento de grande extensão realizado antes da guerra (em 1989), 90% dos entrevistados descreveram as relações interétnicas na região como boa ou muito boa, enquanto 63% concordaram com a afirmação de que "a etnia de uma pessoa deveria ter pouca importância na escolha do parceiro de vida" (PEŠIC, 1995).

Entretanto, como o contexto geopolítico e ideológico mudou, o mesmo aconteceu com as atitudes da população: com a proliferação de grupos paramilitares e a desintegração virtual do Exército Popular comunista da Iugoslávia como uma força multiétnica, a população em geral das três principais coletividades étnicas tornou-se mais radicalizada, e propiciou apoio aos movimentos políticos que defendem mutuamente projetos separatistas incompatíveis. A implosão do Estado federal trouxe excessiva volatilidade e instabilidade. Ao mesmo tempo, a presença de grupos armados, juntamente com a mobilização etno-nacionalista do que Brubaker (1996) denomina de "nacionalizar os estados pátrios" da

9 Enquanto para grande parte da história moderna a população muçulmana da Bósnia foi oficialmente considerada como religiosa em vez de um grupo étnico-nacional, e como tal, foi considerada pelos sérvios e croatas etno-nacionalistas como parte integrante das suas respectivas nações desde 1971, os muçulmanos bósnios adquiriram reconhecimento constitucional como uma das nacionalidades constituintes da Iugoslávia (LOPASIC, 1981). No início de 1990 o nome "muçulmano bósnio" foi largamente substituído pela autodesignação de "Bosniaco".

10 No entanto, como já foi salientado, houve uma grande rivalidade pelo poder político entre as elites do partido comunista.

Sérvia e da Croácia mais uma vez alimentaram o separatismo sérvio bósni (e croata).

A rápida transformação do separatismo bósni sérvio de um movimento político relativamente benigno para uma força brutal violenta está enraizada na crescente militarização e ideologização de toda a região. Embora o movimento fosse autônomo, era ideologicamente, economicamente e militarmente dependente da base de apoio externo – o aparelho do Estado sérvio, remanescente da máquina militar iugoslava e grupos militantes da sociedade civil da Sérvia e da Diáspora (RON, 2003; MANN 2005).

Desde que a guerra na Croácia foi propagandisticamente retratada na grande mídia sérvia como uma tentativa de ressuscitar o fantoche fascista do "Estado Independente da Croácia", uma entidade responsável por assassinatos em massa de sérvios durante a Segunda Guerra Mundial, a população sérvia da Bósnia tornou-se receptiva às descrições semelhantes do emergente Estado independente da Bósnia. Assim, como a guerra na Croácia chegou a um impasse em 1992, elevada parte do aparato militar e ideológico sérvio (e croata) mudou para a Bósnia, o que acirrou ainda mais o separatismo violento (RAMET, 2006; WATKINS, 2010).

Ao representar a soberania étnico-nacional e a criação de um Estado independente como uma questão de sobrevivência física de todo o grupo, o movimento separatista sérvio foi capaz de mobilizar um forte apoio e legitimar o uso da violência. Ao combinar o poderio da geopolítica militar com um senso de autojustiça dos direitos ideológicos, o movimento separatista foi capaz de retratar sua confiança na violência como uma mera estratégia de defesa. Assim, tanto o separatismo como a violência foram produtos da mudança das condições geopolíticas e ideológicas regionais. O separatismo violento surgiu como uma reação em cadeia no ambiente de turbulência política: desenvolveu-se e justificou-se como a única opção disponível no contexto de desintegração de um Estado federal.

Embora a organização territorial incomum e altamente complexa do Estado bósni, criada em Dayton, tenha provado ser útil para acabar com a matança intergrupala, não impediu o separatismo. Pelo contrário, ao institucionalizar as diferenças culturais e territorializar etnias, o Acordo de Dayton promoveu demandas separatistas. Não só a experiência da guerra tem aumentado a distância social, a animosidade e a polarização entre os três grupos étnicos dominantes, como tem incentivado o apoio popular pelo separatismo entre sérvios e croatas (ŽUNEC, 1998). Melhor do que sufocar as reivindicações separatistas, a democratização pós-guerra tem ajudado a promover o separatismo: a estrutura do Estado altamente descentralizada, com duas entidades étnico-nacionais organizadas, quase

totalmente independentes, inibe o desenvolvimento com êxito de todos os partidos do Estado civil e impele políticos moderados a adotar o discurso étnico-nacional. Apesar das diferenças étnicas não serem mobilizadas como fonte de conflito direto e violento, como foram no início dos anos 1990, a etnicidade está agora institucionalmente tão arraigada que penetra mais na vida política. Em alguns aspectos, as relações interétnicas estão em situação muito melhor agora, mas isto é sobretudo em decorrência do quase desaparecimento das áreas etnicamente mistas.¹¹

A transformação do movimento separatista sérvio de violento para separatismo institucional é, novamente, o resultado da mudança das condições geopolíticas e ideológicas. Nesse contexto, o envolvimento político e militar externo (OTAN, UE e ONU) foi crucial para impedir a guerra e o monopólio do uso legítimo da coerção sobre a totalidade do território, assim prevenindo o surgimento de resistência. Além disso, mediante o desarmamento das facções e ao integrá-las em um único exército bósnio, os árbitros externos foram determinantes na remoção dos principais meios de violência na vida cotidiana. Este processo foi acompanhado por mudanças regionais ideológicas e geopolíticas: o enfraquecimento dos movimentos etno-nacionalistas "orgânicos" na vizinhança sérvia e croata, novos governos reformistas foram menos favoráveis ao separatismo; as crescentes expectativas de uma eventual adesão à UE, a pressão do ICTY para a prisão e afastamento dos acusados de crimes de guerra; e as exigências da UE para a construção de instituições comuns de todo o Estado.

Em outras palavras, a transformação relativamente rápida de secessão violenta para separatismo institucional está enraizada na mudança do ambiente político e ideológico: a forte presença de organizações externas e a moderação dos discursos agressivos etno-nacionalistas ao "nacionalizar os Estados pátrios" têm impedido o desenvolvimento do separatismo violento. No entanto, a diminuição da violência não se traduziu em menor apoio popular por uma República Srpska independente. Como pesquisas recentes mostram, mais de 63% da sua população apoiaram a ideia de romper e se juntar à Sérvia em 2006, enquanto em 2007 77% concordaram com a opinião de que após a independência do Kosovo, a República Srpska deveria se separar da Bósnia (REUTERS, 2006; STANIC, 2007). Em vez disso, o novo separatismo agora prolifera na geopolítica local como elites

11 Como Topić (2004) aponta, com exceção parcial da Tuzla, todas as grandes cidades na Bósnia-Herzegovina são agora 90% monoétnicas.

políticas concorrentes detentoras de uma forte base institucional para prosseguir reivindicações separatistas por meios eleitorais.

3 ETNO-NACIONALISMO E SECESSÃO VIOLENTA

Em contraste com a opinião popular, que associa secessões etno-nacionalistas com violência desenfreada, a maioria dos movimentos separatistas, na verdade, tendem a evitar a violência. Não só aquilo que Collins (2008) mostra, os seres humanos geralmente são relutantes fornecedores de violência, o que torna o separatismo violento difícil, mas o mais importante é que a diversidade cultural por si só quase nunca é a causa direta da violência. Ao invés de ser uma inevitável fonte de hostilidade étnico-nacional, as diferenças são frequentemente criadas, mantidas e reforçadas através dos meios ideológicos e organizacionais pacíficos e rotineiros (MALEŠEVIC, 2010).

Como o exemplo da Bósnia evidencia claramente, secessionismos etno-nacionalistas historicamente tendem a oscilar entre longos períodos (a maior parte pacíficos) e intensos momentos (mas muito curtos) de explosão violenta. O fato de os empresários políticos serem frequentemente incapazes de iniciar movimentos de massa etno-nacionalistas violentos indica que o separatismo étnico-nacionalista é um processo altamente complexo e contingente, envolve muito mais do que a simples manipulação da elite ou "anexos primordiais" estáveis.

Para entender os mecanismos sociais das secessões etno-nacionalistas, é fundamental colaborar com os principais paradigmas explicativos, com vistas a identificar seus pontos fortes e fracos. Daí abordagens economicistas, tais como as desenvolvidas pelos neomarxistas e teóricos dos modelos racionais, são úteis para desmistificar os clichês jornalísticos e populistas sobre o "ódio primordial" e os "choques civilizacionais ou culturais" de diferentes coletividades étnico-nacionais. No entanto, o tipo de análise de custo/benefício excessivamente instrumentista não lança muita luz sobre a complexidade total e a confusão inerente à vida social. Quando o conceito de racionalidade é tão estendido que tenta explicar o sacrifício voluntário da própria vida em nome da nação soberana, como o caso de um cálculo racional de interesse próprio (WINTROBE, 2006), então a noção de racionalidade perde muito do seu sentido explicativo.

Mais especificamente, os modelos de atores racionais não podem propiciar uma explicação adequada sobre o porquê das secessões étnico-nacionalistas frequentemente serem muito mais benéficas para a

classe média e para a elite cultural, econômica e política, enquanto grande parte da sua base de apoio encontra-se entre os operários pobres, os pequenos agricultores e o grupo de classe média baixa que regularmente se beneficiam muito pouco, ou nada, com a criação do novo Estado étnico-nacional. O exemplo da Bósnia ilustra como um maior apoio pelo separatismo étnico-nacionalista entre os grupos economicamente desfavorecidos não resultou em qualquer melhoria substancial nas suas situações econômicas pessoais. Pelo contrário, a guerra da Bósnia de 1992-95 destruiu grande parte do setor industrial do Estado, enquanto o cravamento indiscriminado de minas terrestres tornou extensas áreas da República de Srpska inabitáveis e desoladas para a produção agrícola, empobrecendo assim os trabalhadores industriais e os pequenos agricultores (BIEBER, 2005; BOSE, 2002).

De forma semelhante, os relatos neomarxistas são úteis para explicar o papel da marginalização econômica e os motivos pessoais subjacentes à decisão de apoiar ou rejeitar determinado movimento separatista. Contudo, essas abordagens parecem incapazes de dar uma resposta coerente para as perguntas: Por que o separatismo étnico-nacionalista só se torna violento em alguns pontos no tempo? Por que algumas regiões que experimentam a exploração econômica pelo centro não geram movimentos separatistas? Por que o separatismo étnico-nacionalista se desenvolve em regiões economicamente desfavorecidas, tal como no Kosovo e na Chechênia, assim como nos territórios economicamente prósperos, tal como no País Basco, na Catalunha, na Eslovênia ou na Estônia? Além disso, muitas vezes a violência instigada pela exploração econômica não tem de levar à secessão etno-nacionalista, como indicada pela "guerra de terras" irlandesas do final do século XIX (LEE, 1973).

Embora as teorias políticas e institucionalistas pareçam mais convincentes por abordarem adequadamente as fontes dos conflitos etno-nacionalistas, elas são frequentemente incapazes de explicar os padrões e as épocas de mobilização de massas. As autoridades estatais podem ser consideradas ilegítimas, discriminatórias e autoritárias, mas podem durar por décadas sem sofrer secessões etno-nacionalistas violentas. Para compreender plenamente os processos por meio dos quais o separatismo se torna violento, é crucial se concentrar fora do processo político interno, como as práticas eleitorais e o déficit democrático para contextos geopolíticos que muitas vezes determinam o caráter e a intensidade de ações separatistas, incluindo sua volatilidade potencial.

Desde as tentativas fracassadas de Katanga, de Biafra e dos Estados Confederados da América para o separatismo de sucesso das repúblicas bálticas, da Eritreia e do Kosovo, um registro histórico demonstra claramente que quase todo o sucesso das secessões etno-nacionalistas surgiu no contexto de mudança radical das dinâmicas geopolíticas. O fim da Guerra Fria, a deslegitimação de ideologias comunistas e a proliferação de políticas separatistas em todo o mundo tiveram consequências diretas para o desenvolvimento da secessão etno-nacionalista da Bósnia-Herzegovina. Não é por acaso que as três federações comunistas, União Soviética, Tchecoslováquia e Iugoslávia, se desintegraram ao mesmo tempo.

Além disso, a evolução do contexto geopolítico tem de levar a sério o papel desempenhado pela ideologia no separatismo. Em contraste com as perspectivas culturais que entendem os seres humanos como criaturas essencialmente normativas, regidas pelos fortes valores de compromisso e heranças étnico-nacionais, o foco deveria ser em vez de como, quando e por que essa retórica de "autenticidade cultural" torna-se atraente para grandes seções da população. Em outras palavras, são as práticas ideológicas e de enquadramento que realmente importam. Se nós simplesmente conceituarmos a ideologia como o conjunto de ideias e práticas com o qual interpretamos o mundo, o que sugere metas e métodos para atingi-lo, então torna-se vital explicar os contextos ideológicos nos quais separatismos étnico-nacionalistas se tornam violentos (MALEŠEVIC, 2006, 2002).

Discursos ideológicos oferecem novos quadros interpretativos para a articulação das antigas divisões, propiciam novos diagnósticos da realidade social e propõem novas soluções. Contudo, para serem discursos ideológicos bem-sucedidos, não podem ser forçados contra a vontade da população, nem podem ser facilmente transplantados de uma parte do mundo para outra. Ao contrário, eles têm de se adaptar gradualmente às circunstâncias locais. Por exemplo, o nacionalismo revolucionário de 1848, que se espalhou por toda a Europa, tinha pouco ou nenhum impacto sobre o que naquela época era quase exclusivamente a população rural da Bósnia e Herzegovina. O separatismo etno-nacionalista da Bósnia apenas surgiu na sequência do declínio acentuado do poder dos impérios Otomano e Habsburgo, no início de século XX. É somente com a mudança acentuada na geopolítica regional e global que a ideologia de nacionalismo étnico se torna uma importante força política. Do mesmo modo, as transformações globais e regionais que abalaram o mundo ideológico no final dos anos 1980 e 1990 abriram espaço para a proliferação do separatismo étnico-nacionalista violento.

A experiência do movimento separatista sérvio na Bósnia e Herzegovina demonstra claramente que a política democrática e o separatismo violento não são necessariamente incompatíveis. Em vez disso, como Mann (2005) e Snyder (2000) acertadamente alegaram, a democratização é muitas vezes um gerador vital de violentas secessões etno-nacionalistas. A conturbada história da Irlanda do Norte ilustra muito bem como a presença de um sistema democrático bem estabelecido e estável, como o britânico, juntamente com a prevalência de normas democráticas robustas, andam de mãos dadas com a discriminação desenfreada contra uma minoria étnica, a qual finalmente deu um impulso para o aumento do separatismo violento. Para a completa e adequada compreensão dos mecanismos por meio dos quais o etno-nacionalismo se transforma em separatismo violento, é fundamental analisar a relação complexa e o contingente entre ideologia e geopolítica.

Em vez de simplesmente assumir que a violência é um resultado inevitável do separatismo étnico-nacionalista, a análise da mudança dos padrões ideológicos e flutuações geopolíticas vai demonstrar regularmente que a ligação entre a violência, o separatismo e o nacionalismo étnico não é tão evidente e que matar e morrer em nome de um novo Estado-nação soberano e independente é mais uma raridade histórica do que uma norma sociológica.

Traduzido do inglês por Clarice Silvestre Domingos

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. **Geopolitics**: Revisioning World Politics. London: Routledge, 2003.
- BARTH, F. Introduction. In: BARTH, F. (ed.) **Ethnic Groups and Boundaries**. Bergen: Universitetsforlaget, 1969.
- BARTULOVIC, A. Nationalism in the classroom: narratives of the war in Bosnia-Herzegovina (1992–1995) in the history textbooks of the Republic of Srpska. **Studies in Ethnicity and Nationalism**, v. 6, n. 3, p. 51-72, 2006.
- BELANGER, L; DUCHESNE E.; PAQUIN, I. Foreign Interventions and secessionist movements: The Democratic Factor. **Canadian Journal of Political Science**, v. 38, n. 2, p. 435-462, 2005.
- BIEBER, F. **Post-War Bosnia**: ethnicity, inequality and Public Sector Governance. New York: Palgrave, 2005.
- BONACICH, E. A Theory of ethnic antagonism: The split labor market. **American Sociological Review**. v. 37, p. 547-59, 1972.
- BOSE, S. **Bosnia after Dayton**: nationalist partition and international intervention. London: Hurst, 2002.

BOTEV, N. Where East Meets West: ethnic intermarriage in the former Yugoslavia 1962 to 1989. **American Sociological Review**, v. 59, p. 461-480, 1994.

BRUBAKER, R. **Nationalism reframed**: nationhood and the national question in the New Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. **Ethnicity without groups**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

BUCHANAN, A. **Secession**: the morality of political divorce from Fort Sumter to Lithuania and Quebec. Boulder: Westview Press, 1991.

_____. Democracy and secession. In: Moore, M. (ed.). **National self-determination and secession**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

CHUA, A. **World on fire**: how exporting free market democracy breeds ethnic hatred and global instability. New York: Anchor Books, 2004.

COLLINS, R. **Violence**: a micro-sociological theory. Princeton: Princeton University Press, 2008.

CONVERSI, D. **The Basques, the Catalans and Spain**. Alternative routes to Ethno-nationalist mobilisation. London: Hurst, 1997.

DOYLE, M. **The ways of peace and war**. New York: Norton, 1997.

DYKER, D. Yugoslavia: unity out of diversity? In: BROWN, A.; GRAY, J. (eds.). **Political culture and political change in communist states**. London: Macmillan, 1979.

ELLER, J.; COUGHLAN, R. The poverty of primordialism: the demystification of ethnic attachments. **Ethnic and Racial Studies**, v. 16, n. 2, p. 183-202, 1993.

FEARON, J. Signaling versus the balance of power and interests: an empirical test of a crisis bargaining model. **Journal of Conflict Resolution**, n. 38, p. 236-69, 1994.

FEARON, J.; LAITIN, D. Violence and the social construction of ethnic identity. **International Organization**, v. 54, n. 4, p. 845-77, 2000.

FENTON, S. **Ethnicity**. Cambridge: Polity, 2003.

FREEDEN, M. **Ideologies and political theory**: a conceptual approach. Oxford: Clarendon Press, 1996.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. London: Fontana, 1973.

GELLNER, E. **Nations and nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

GEROLYMATOS, A. **The Balkan Wars**. New York: Basic Books, 2004.

GOLDSTEIN, I. **Croatia**: a history. London: Hurst, 1999.

HASTINGS, A. **The construction of nationhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HECHTER, M. The political economy of ethnic change. **American Journal of Sociology**, v.79, n. 5, p. 1151-1178, 1974.

_____. **Internal colonialism**: the Celtic fringe in British national development, 1536-1966. New Brunswick, NJ: Transaction.

HERBST, J. Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa. **International Organization**, v. 43, n. 40, p. 673-692, 1989.

HOARE, M. A. **The history of Bosnia**: from the middle ages to the present day. London: Saqi, 2007.

HOROWITZ, D. **Ethnic groups in conflict**. Berkeley: University of California Press, 1985.

HUNTINGTON, S. P. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

HUTCHINSON, J. **Nations as zones of conflict**. London: Sage, 2005.

_____. Warfare, remembrance and national identity. In: Leoussi, A.; GROSBY, S. (eds.). **Nationalism and Ethno-symbolism**: history, culture and ethnicity in the formation of nations. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

JENKINS, R. **Rethinking ethnicity**. London: Sage, 2008.

Katunarić, V. Autoritarnost - etnocentrizam - seksizam i društvene grupe. **Revija za Sociologiju**, v. 29, n. 1, p. 603-10, 1987.

_____. 'Uoci novih etno-politickih raskola - Hrvatska i Bosna i Hercegovina'. **Sociologija**, v. 33, n. 3, p. 373-385, 1991.

LAITIN, D. Language, conflict and violence: the straw that strengthens the Camel's back. **European Journal of Sociology**, v. XLI, n. 1, p. 97-137, 2000.

_____. **Nations, states, and violence**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LAKE, D. Powerful pacifists: Democratic States and War. **American Political Science Review**, v. 86, n. 1, p. 24-37, 1992.

LEE, J. **The modernisation of Irish society, 1848-1918**. Dublin: Gill & MacMillan, 1973.

LIJPHART. The wave of power-sharing democracy. In: REYNOLDS, A. (ed.). **Architecture of democracy**: constitutional design, conflict management, and Democracy. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LINZ, J.; STEPAN, A. **Problems of democratic transition and consolidation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

LOPASIC, A. Bosnian muslims: a search for identity. **British Journal of Middle Eastern Studies**, v. 8, n. 2, p. 115-125, 1981.

LOVRENOVIĆ, I. **Bosnia**: A Cultural History. London: Saqi Books, 2003.

MALCOLM, N. **Bosnia**: a short history. New York: New York University Press, 1994.

MALEŠEVIĆ, S. **The sociology of war and violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____. **Identity as ideology**: understanding ethnicity and nationalism. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

_____. **The sociology of ethnicity**. London: Sage, 2004.

- _____. **Ideology, legitimacy and the new State:** Yugoslavia, Serbia and Croatia. London: Routledge, 2002.
- MANN, M. **The dark side of democracy:** explaining ethnic cleansing. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MAZOWER, M. **The Balkans.** London: Phoenix Press, 2003.
- MEADWEL, H. Secession, States and international society. **Review of International Studies**, v. 25, p. 371-387, 1999.
- MOAZ, ; RUSSETT, B. Normative and structural causes of democratic peace, 1946-1986. **American Political Science Review**, v. 87, n. 3, p. 624-638, 1993.
- OSTERUD, O. The uses and abuses of geopolitics. **Journal of Peace Research**, n. 2, 1988.
- PARSONS, T. Some theoretical considerations on the nature and trends of change of ethnicity. In: Glazer, N.; MOYNIHAN, D.P. (eds.). **Ethnicity:** theory and experience. Cambridge MA: Harvard University Press, 1975.
- PAVKOVIC, A. **The Fragmentation of Yugoslavia.** New York: Palgrave Macmillan, 2000.
- PEŠIĆ, V. 'Društveni i drzavni aspekt multikulturalnosti u Bosni i Hercegovini'. In: JAKŠIĆ, B. (ed.). **Interkulturalnost.** Belgrade: IFDT, 1995.
- RAMET, S. **The Three Yugoslavias:** State-Building and Legitimation, 1918-2005. Bloomington: Indiana University Press, 2006.
- REUTERS. **Majority of Serbs Back Secession from Bosnia, says opinion poll.** Reuters News Agency 6 July, 2006.
- ROCHER, F. The evolving parameters of Quebec Nationalism' International. **Journal on Multicultural Societies**, v. 4, n. 1, p. 74-96, 2002.
- RON, J. **Frontiers and Ghettos:** state violence in Serbia and Israel. Berkeley: University of California Press, 2003.
- RUMMEL, R. **Death by Government.** New Brunswick, NJ: Transaction, 1994.
- SHILS, E. Primordial, personal, sacred and civil ties. **British Journal of Sociology**, v. 8, n. 2, p.130-145, 1957.
- SMELSER, N. The rational choice perspective: a theoretical assessment. **Rationality and society**, v. 4, n. 3, p. 381-410, 1992.
- SMITH, A. **Ethnosymbolism and nationalism:** a cultural Approach. London: Routledge, 2009.
- _____. **Chosen peoples:** sacred sources of national identity. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- _____. **Ethnic Origins of Nations.** Oxford: Blackwell, 1986.
- _____. War and ethnicity: the role of warfare in the formation, self-images, and cohesion of ethnic communities. **Ethnic and Racial Studies**, v. 44, p. 375-97, 1981.

- SNYDER J. **From voting to violence**: Democratization and ethno-nationalist conflict. New York: Norton, 2000.
- STANIC, O. Bosnian Serbs want secession if Kosovo goes. **Reuters News Agency**, 21 Nov. 2007.
- STOIANOVICH, T. **Balkan worlds**: the first and last Europe. New York: M.E. Sharpe, 1994.
- STONE, J. Internal Colonialism. **Ethnic and Racial Studies**, v. 2, n. 3, 1979.
- TONGE, J. **Northern Ireland**. Cambridge: Polity, 2006.
- TOPIC, T. **Elektronski mediji u BiH**: Regulisanje u uslovima nezvanicnog medunarodnog protektorata. Sofia: SOEMZ, 2004.
- TORSTI, P. History, culture and banal ethno-nationalism in post-War Bosnia. **Southeast European Politics**, v. 5, n. 2-3, p. 142-157, 2004.
- WATKINS, A. **Yugoslav military industry**: past and present. London: Routledge, 2010.
- WEBER, M. **Economy and society**. New York: Bedminster Press, 1978.
- WINTROBE, R. **Rational extremism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- ŽUNEC, O. **Rat i društvo**. Zagreb: Jesenski i Turk, 1998.